

Informação

[Projeto de Resolução n.º 321/XV/1 \(CH\)](#)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 14 de março de 2023

1. Doze deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA tomaram a iniciativa de apresentar o [Projeto de Resolução n.º 321/XV/1 \(CH\)](#) – *Soluções que garantam a gestão da água em termos racionais e otimizados através da “Tomada de Água no Pomarão” no Rio Guadiana*, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República.
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República, em 13 de dezembro de 2022, tendo sido admitida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, que determinou a baixa à Comissão de Ambiente e Energia (CAENE) em 14 de dezembro de 2022.
3. Na reunião da Comissão realizada em 14 de março de 2023, a iniciativa foi discutida, ao abrigo do n.º 2 e 3 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, tendo a discussão ocorrido nos seguintes termos:

A intervenção inicial coube à Senhora Deputada **Rita Matias** (CH) que apresentou o projeto pelo qual se recomenda ao Governo algumas soluções que garantem a gestão da água em termos racionais e otimizados através da “Tomada de Água no Pomarão” no Rio Guadiana. Realçou que o Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, numa audição na 7.º Comissão, sobre a pertinência da solução da tomada de água no Pomarão, se terá pronunciado positivamente. Posição oposta teve o GP do PS que, segundo disse, em dezembro de 2022, quando se discutiu esta questão, apelidou a proposta de “populista”. Porém, disse, terá entretanto revisto a sua posição e em plenário acabou por viabilizar idêntica iniciativa do GP do BÉ. Concluiu manifestando a sua expectativa de que, por uma questão de coerência política, o PS acompanhará a proposta do CH.

No período de debate, o Senhor Deputado **Ricardo Pinheiro** (PS) veio recordar que uma das componentes previstas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é a hídrica, prevendo-se um investimento de cerca de 200 milhões de euros para o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve. Notou que as entidades reguladoras têm recomendado que, para a melhoria da distribuição, associada aos consumos em baixa e em alta, haja mecanismos que conduzam a usos e consumos de água responsáveis.

Comissão de Ambiente e Energia

Na sua perspetiva, estando o projeto do Pomarão inserido no PRR, há ainda margem para introdução de melhorias. A captação de água no Pomarão tem pretende garantir o abastecimento doméstico e terciário, sendo igualmente importante o abastecimento para fins agrícolas, desde que se cumpram algumas premissas relacionadas com as disponibilidades hídricas da região. Destacou a necessidade de se sensibilizar cada um dos atores, incluindo as autarquias, para melhor se aproveitarem os fundos comunitários com a finalidade de melhorar a eficácia e a eficiência destes sistemas, evitando, por exemplo, perdas na distribuição da rede em baixa, que rondam os 30% no Algarve. Referiu ainda a importância da agilização dos processos de licenciamento das centrais de dessalinização, seja no Algarve, no litoral alentejano ou noutros pontos do país. Finalizou lembrando que a água que provem das dessalinizadoras, tem preços por m³ mais elevados.

O Senhor Deputado **Rui Cristina** (PSD) considerou tratar-se de uma solução hídrica de “backup”, adicional, que se enquadra num plano de maior abrangência, de eficiência hídrica. Considerou que a iniciativa do BE “peca por defeito” uma vez que restringe o uso da água para uso humano e que a iniciativa do CH também peca porque prevê uma utilização ampla “para tudo e para todos”. Voltou depois a referir que esta é uma solução complementar, e que a preocupação deveria estar centrada na eficiência hídrica, uma vez que a água é um bem particularmente escasso nesta região do Algarve. Sublinhou que o PSD tem apresentado múltiplas resoluções recomendando campanhas de sensibilização locais e a nível nacional. Apelou a uma visão suprapartidária, reiterando a pretensão do PSD de que o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve seja efetivamente executado.

Na sua intervenção final, e em jeito de síntese, a Senhora Deputada **Rita Matias** (CH) considerou que o PS acabou por secundar todos os pontos da iniciativa do CH, não tendo apresentado objeções a qualquer um deles. Em resposta ao PSD, negou que a intenção desta iniciativa seja garantir água “para tudo e para todos”, esclarecendo que há uma proposta de priorização da distribuição da água, nomeadamente ao setor doméstico e terciário, sendo que o objetivo é garantir que não falte em áreas e setores fundamentais. Desta discussão, concluiu assim que estarão reunidas as condições para a aprovação deste projeto de resolução.

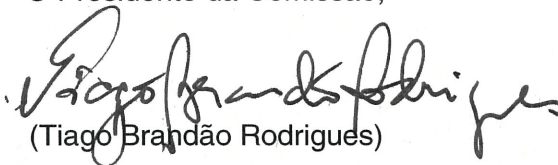
Comissão de Ambiente e Energia

A discussão foi gravada em áudio, encontrando-se disponível para consulta no [link da reunião](#)¹, dando-se o seu conteúdo por aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente informação.

4. Concluída a discussão, o Projeto de Resolução encontra-se em condições de poder ser agendado, para votação, em reunião plenária, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 14 de março de 2023.

O Presidente da Comissão,



(Tiago Brandão Rodrigues)

¹ [media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/11 CAENE/CAENE 20230314 3.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/11_CAENE/CAENE_20230314_3.mp3)